

# O PROERD como Política Pública de Prevenção às Drogas: ação e atuação da Polícia Militar do Ceará (2001-10)

## *Autores:*

**Ednaldo Ribeiro de Oliveira** - Mestre em Planejamento em Políticas Públicas

**Francisco Horacio da Silva Frota** – Doutor em Sociologia - Universidad de Salamanca

## **Resumo**

O presente trabalho aborda o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, enquanto política pública de prevenção ao uso indevido de drogas, bem como de combate à violência, promovido pela Polícia Militar do Ceará. Trata-se de uma política pública do Governo do Estado, desenvolvida em salas de aulas, por policiais militares devidamente uniformizados, aplicado inicialmente nas turmas de quinta e sexta séries do Ensino Fundamental. O Programa PROERD teve sua origem nos Estados Unidos, por meio da professora e psicopedagoga Ruth Rich, do Distrito Escolar de Los Angeles – EUA, em 1983, em conjunto com o Departamento de Polícia daquela cidade, chegando ao Brasil nos anos 90, inicialmente no Rio de Janeiro, e no Ceará em 2001, primeiramente aplicado na Capital cearense e a partir de 2002 foi estendido para os municípios do interior do Estado.

**Palavras chave:** Drogas, violência, prevenção

## **Abstract**

This paper addresses the Educational Program of Resistance to Drugs and Violence, and the public policy of prevention of drug abuse and combat violence, sponsored by the Military Police of Ceará. This is a public policy of the State Government, developed in classrooms, by properly uniformed police officers, initially applied in groups of fifth and sixth grades of elementary school. The program PROERD had its origin in the United States, through the teacher and psychological counselor Ruth Rich, School District of Los Angeles - USA, in 1983, in conjunction with the Police Department of that city, arrived in Brazil in 90 years, initially in Rio de Janeiro, and Ceará in 2001, first applied in the capital of Ceara and from 2002 was extended to municipalities in the state

**Keywords:** Drugs, violence, prevention.

## Introdução

Este trabalho tem como foco, procurar compreender e, ao mesmo tempo, explicar a introdução e evolução do Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência - PROERD, em especial a ação da Polícia Militar do Ceará na aplicabilidade prática desse Programa como política pública de prevenção ao uso indiscriminado de drogas e da prática de violência via sala de aula, no período compreendido entre 2001, data de sua implantação no Estado do Ceará, há 2010.

Trata-se de uma abordagem histórica do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência no Ceará, sua origem, introdução no Brasil e em especial no Estado do Ceará em 2001, a partir da nomeação de uma Comissão composta por oficiais, publicada em Boletim do Comando Geral da Polícia Militar do Ceará – BCG nº 029, de 09 de fevereiro e 2001. (documento oficial de publicação dos atos do Comando Geral da Corporação), os quais ficaram responsáveis em aprofundar estudos sobre a viabilidade ou não da implantação do Programa na Corporação, tornando-se oficialmente política pública de governo no ano de 2006, por força do Decreto Estadual nº 28.232, de 04 de maio de 2006.

E mais recentemente o PROERD passa a ser reconhecido como de relevante interesse para a Segurança Pública no Estado do Ceará, por meio da Lei nº 14.422, publicada no Diário Oficial nº 149, de 29 de julho de 2009, elevando assim a maior categoria normativa e demonstrando por meio do legislativo a importância e dedicação por parte do Estado a ser dispensado quanto à questão da prevenção as drogas e da violência, promovido pela Polícia Militar do Ceará.

A partir do ano de 2001, a Polícia Militar do Ceará aderiu ao Programa de Prevenção às Drogas e a Violência em parceria com as Instituições de Ensino público e privado, levando as crianças de 4ª e 5ª séries, hoje 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, ensinamentos básicos de como se prevenir das drogas, da violência e de outros fatores comprometedores de um desenvolvimento social saudável e aceitável, bem como das mais variadas formas de se divertir e ser feliz sem o uso de qualquer tipo de droga.

Fazemos também breve abordagem quanto à importância da avaliação das políticas públicas, visto que o trabalho em comento está focado exatamente a um Programa de Governo voltado ao combate indiscriminado de drogas e do desenfreado índice de violência que assola o nosso País, e em especial o Estado do Ceará.

É certo que a trajetória dos programas de prevenção ao uso indevido de drogas no Brasil há muito vem sendo alvo de críticas e debates. Parte-se do pressuposto de que sob a ótica das concepções de que o modelo atual não tem conseguido diminuir o crescimento exacerbado do envolvimento de jovens e até mesmo crianças no mundo das drogas, bem como a elevação das estatísticas criminais decorrentes dessas pessoas com as drogas, evidenciando-se que no geral, os atuais modelos não lograram muito êxito no curso de todo o seu processo existencial.

Ao longo de todo o processo histórico das Políticas Públicas de repressão e prevenção ao uso de drogas no Brasil tem se demonstrado, conforme debates e discussões de um modo geral que os mesmos não têm alcançado muito êxito, visto que o aumento contínuo do tráfico de substâncias entorpecentes, bem como de pessoas envolvidas com o consumo das mesmas e da prática de violência decorrente de seus efeitos tem levado a sociedade a um verdadeiro caos, e sem saber o que fazer diante da questão sobre drogas.

## **2. A Importância da Avaliação das Políticas Públicas**

As políticas públicas são de suma importância para a sociedade, por ser esta o alvo principal dos reflexos das mesmas e dado essa importância merecem passar por um processo avaliativo para os mais variados fins, dentre eles para uma acurada análise dos acertos e possíveis desacertos do programa, pontos positivos e ou negativos ou mesmo como forma de prestação de contas a sociedade, bem como promover o aperfeiçoamento e expansão do mesmo, pois a avaliação de projetos é

importante tanto quanto seus projetos, sua execução num processo de planejamento. (GANDIN, 2002).

Segundo MONTEIRO (2004), projetos são por excelência processos sistêmicos, e neste contexto, a avaliação ocupa, entre outras funções, elevada importância funcional de proporcionar respostas oportunas às instituições organizadas em relação aos projetos, voltadas a real necessidade para a execução dos mesmos. E neste prisma temos ainda a definição do mesmo autor (MONTEIRO, 2004, p. 184):

(...) as avaliações são efetuadas para determinar: no início de um projeto se este atende às necessidades previstas; as mudanças nos recursos de um projeto (introdução de variantes operacionais não-previstas); recuperação e sistematização de experiências, que se consideram válidas para a reprodução do conteúdo essencial do projeto em outro nível, lugar ou âmbito de ação; interrupção do desenvolvimento do projeto; quando julgado concluído antes de cumprir o cronograma total previsto ou considerada inadequada a sua continuação.

E no presente caso, o estudo está focado a uma avaliação na aplicação do Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência no Estado do Ceará, por meio da Polícia Militar como instrumento educativo preventivo no combate ao uso indevido de drogas e a violência, cujo palco principal de atuação é a sala de aula, mais especificamente o 5º e 6º anos do Ensino Fundamental.

### **3. A Escola na Prevenção ao Uso de Drogas**

As crianças de nosso País vivem muito expostas ao aliciamento de traficantes para o uso indevido de drogas, e se bem observarmos essa questão, aquelas que moram em área periférica, ou são estudantes de escolas públicas, a situação se torna bem mais gravosa, e conseqüentemente, o envolvimento dessas crianças com essas drogas tende a agravar o problema da violência, posto que, ao

estarem viciadas ou mesmo na condição de dependência dessas substâncias, o caminho mais comum utilizado por elas para adquirirem dinheiro para comprarem a droga, em primeiro momento é o saque familiar, subtrair o que puder de sua própria residência e quando esta lhe falta, vai buscá-lo nas ruas. Assim vejamos trechos de uma entrevista contida na Revista ÉPOCA, de 14 de junho de 2010, p. 78:

“Eu e meus amigos fabricávamos o crack para fumar” diz Reinaldo. Técnico em fotografia, ele conciliava o trabalho e o uso progressivo da droga. “Durante um ou dois anos enganei bem, mas daí comecei a faltar dois, três dias no trabalho para fumar.” Desempregado, não quis largar o vício. “Mesmo sem trabalhar você quer fumar, e aí começa a roubar coisas de casa.” Em pouco tempo, Reinaldo se enfiou no ponto de venda. “Virei amigo dos traficantes, vendia e fumava com eles.” Participou de assaltos e quase foi preso. Depois de uma troca de tiros com policiais, se internou pela primeira vez, há dez anos. Antes da última, há pouco mais de dois meses, teve uma crise psicótica. “Tentei cortar os pulsos na banheira, faz fui socorrido a tempo”, diz.

O uso de substâncias entorpecentes e conseqüentemente a prática da violência tornou-se nos dias atuais um problema social que necessita de toda a atenção possível do Poder Público, bem como de todos os setores da sociedade. “*O consumo de drogas deve ser tratado, fundamentalmente, como problema de saúde pública, sendo importantes a identificação precoce, o encaminhamento adequado e, principalmente, a multiplicação de ações preventivas*” (Sueli Queiroz ET. AL. 2001).

As medidas preventivas voltadas ao uso indevido de drogas precisam ser aplicadas precocemente junto à comunidade, pois “*uma máxima da medicina preconiza que “quanto mais precoce o diagnóstico, mais fácil a cura. O princípio vale também para a dependência química*” (ÉPOCA, 14 de junho de 2010, p. 75). Todavia, para que isso venha a acontecer, faz-se necessário a criação de políticas

públicas com programas educacionais de prevenção, como de fato existem, no entanto, precisam ser melhor intensificados e dentre esses programas podemos citar o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência), o qual se apresenta de forma essencialmente preventiva, cuja finalidade precípua é a de conscientizar crianças e adolescentes em idade escolar contra o uso de drogas e das consequências aos que se envolvem com a violência.

E como se trata de um programa preventivo e educacional, seu foco está essencialmente direcionado a sala de aula enquanto sua aplicabilidade, permitindo desta forma a participação da sociedade civil, que segundo AQUINO (1998, p. 20) *“a Prevenção ao Abuso de Drogas por intermédio da Educação – tem como substrato a noção de que a sociedade civil pode e deve atuar nas intenções dos sujeitos sociais de consumirem substâncias que alterem suas consciências (que chamamos popularmente de drogas)”*. Afinal, é a escola o ambiente onde se reúnem os mais variados grupos de jovens e conseqüentemente de origens diferentes e “motivos” diversos para se envolverem com o uso de drogas, que, continuando AQUINO (1998, p. 40), afirma:

É na escola que os diferentes grupos de jovens se encontram, cada qual com suas experiências de vida e com “motivos” diversos para fazer uso de drogas. Nesse ambiente pluricultural, os jovens buscam a sua identidade, confrontando as suas aspirações e desejos com o que os pais e professores esperam deles. Desse modo, demarcam seus territórios, constituem seus “clãs”, como uma forma de organização paralela em que a prática do consumo de alguma droga passa a ser o caminho natural e possível para pertencer ao grupo e compartilhar das suas intenções.

Neste diapasão, a escola se torna o ambiente social adequado e propício para que se possa desenvolver a problematização da temática, promovendo debates e construindo estratégias de informação, orientação e intervenção para uma educação preventiva, tendo como atores principais alunos, pais, professores e a comunidade escolar e social em geral (AQUINO, 1998). Sendo neste mesmo



direcionamento o entendimento da Organização das Nações Unidas: *“para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) aponta a escola como o local mais adequado para o desenvolvimento de ações preventivas voltadas à melhoria da qualidade de vida.”* (In Aquino, 1998, p. 109).

E políticas públicas de prevenção ao uso indevido de drogas são com certeza de extrema necessidade, pois os relatos jornalísticos nas páginas policiais são cada vez mais assustadores quanto ao crescimento da criminalidade em decorrência das drogas e o que é mais grave, com o aliciamento de adolescentes e até mesmo crianças para a prática do crime e do consumo de drogas.

“A maioria dos assassinatos de adolescentes e até de crianças na Grande Fortaleza é resultante de dívidas dos garotos com os traficantes. Viciados desde os primeiros anos da adolescência e, por vezes, até na infância, os jovens acabam se tornando devedores e, quando não conseguem quitar os débitos com os criminosos, pagam com a própria vida, isto é, acabam assassinados pelo braço armado do tráfico”. (...) “Na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), Especializada que tem por missão apurar crimes praticados por menores de idade, as estatísticas avançam à cada ano em relação a autoria de crimes praticados por garotos”. (...) “O Juiz titular da Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza, Darival Beserra Primo, afirma que, diante de tantos adolescentes assassinados nas ruas da Capital e Região Metropolitana, está se vivendo uma verdadeira ‘guerra’ urbana. “Estão matando nossos meninos e meninas”, costuma afirmar o magistrado quando é abordado pela imprensa sobre o assunto”. (Jornal Diário do Nordeste, 1º de fevereiro de 2010, polícia, 18).

Neste contexto, acontecem ações que levam o Poder Público, em especial o Estado do Ceará por meio da Polícia Militar do Ceará a incluir em seu caráter preventivo, função primordial dessa Instituição policial, como medida de combate e controle da violência o Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência (PROERD), que ao mesmo tempo, passa a ter policiais militares nas escolas, devidamente uniformizados, o que se demonstra também o serviço

preventivo a comunidade, podendo inibir a presença de possíveis aliciadores ou mesmo fornecedores de drogas nas escolas ou imediações destas.

Alguns profissionais acreditam que a disponibilização de materiais para crianças pode estimular a curiosidade, todavia, deve se questionar e procurar identificar quais são as intervenções que melhor se adéquam a esse público, visto que o uso e abuso de drogas tem alcançado vertiginosamente e gradativamente as idades menores, ou seja, os traficantes estão assediando crianças para o uso de drogas, e de tal forma que segundo a comissão parlamentar mista de combate ao crack do congresso nacional, (In matéria jornalística da TV Verdes Mares de 19/06/2010) *“um milhão e duzentas mil pessoas no Brasil são viciadas em crack”*, (...) *“o número de crianças no ceará, envolvidas com o crack, chamou a atenção de pesquisadores”*.

Desta forma e com o objetivo de prevenir o uso indevido de drogas e consequentemente da violência é que foi implantado pelo Estado do Ceará por meio da Polícia Militar do Ceará, o PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – programa este de cunho puramente preventivo e que é aplicado diretamente no ambiente escolar, trabalhando-se também com a família por meio de palestras ou mesmo visitas, visando à melhoria do convívio social como um todo.

#### **4. O PROERD no contexto internacional.**

O Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência – PROERD é uma representação do Programa Norte Americano DARE (*Drug Abuse Resistance Education*) implantado pela Professora e Psicopedagoga Ruth Rich do Distrito Escolar de Los Angeles – EUA, em 1983, em conjunto com o Departamento de Polícia daquela cidade, como ferramenta de redução da demanda do uso indiscriminado de drogas e consequentemente do combate e redução ao índice desenfreado da violência. O currículo DARE, a princípio, foi implantado nas turmas de quinta série, onde as crianças têm aproximadamente onze anos de idade,

na cidade de Los Angeles, em 1983. o Programa DARE abrange atualmente mais de 64 países do mundo, inclusive no Brasil, onde está sendo implantado em todas as unidades da federação. (CEARÁ, 2010).

Continuamente o Programa teve sua expansão nos EUA, voltado ao atendimento das crianças da Educação Infantil, bem como aos jovens matriculados no Ensino Fundamental e Médio. A partir de 1988, a cartilha passou a ser impressa em espanhol e em *Braille*. As aulas do Programa DARE deveriam ser ministradas por policiais fardados, os quais se apresentavam aos alunos sempre desarmados. Conforme Dell'Antônia (1999: 40. In: RATEKE, 2006, 41), “antes de ingressarem no Programa os policiais do DARE recebiam oitenta horas de treinamento específico, especialmente nas áreas do desenvolvimento infantil e da adolescência, aprendiam técnicas de ensino e habilidades de comunicação”. Outras quarenta horas de treinamento eram ministradas aos Instrutores do DARE, cujo objetivo seria capacitá-los para ministrar aulas aos alunos da escola secundária.

## **5. Implantação do PROERD no Brasil.**

Com o crescimento exagerado do consumo e tráfico de drogas e da violência que se instala no Brasil e em especial no Rio de Janeiro, a Polícia Militar daquele Estado, em busca de um projeto de maior porte em esclarecimento a população, principalmente as crianças e jovens quanto à prevenção ao uso indiscriminado de drogas, bem como das possíveis consequências do uso destas, que anteriormente era levado a discurso apenas por meio de palestras nos estabelecimentos de ensino, e o seu ingresso no Brasil se deu a partir do Consulado Americano no Rio de Janeiro, onde uma equipe da assessoria técnica da Polícia Militar do mencionado Estado participou de uma palestra proferida por agentes do Departamento de Polícia de Los Angeles, tornando-se possível, a partir de então, conhecerem de perto o Programa DARE, e naturalmente os meios necessários à implantação do PROERD no Estado fluminense.

A partir de então, a Embaixada Americana, se comprometeu em providenciar uma equipe de profissionais do Departamento de Los Angeles para treinar policiais militares do Rio de Janeiro, o que foi concretizado em agosto de 1992, com a chegada da mencionada equipe. E em 1993 a polícia militar fluminense conta com a chegada de nova equipe Norte Americana, desta feita, para constituir naquela Instituição Militar o primeiro Centro de Treinamento do Brasil. Feito isto, adaptou-se a sigla do Programa DARE a nossa realidade, para PROERD, bem como a aplicação deste para as crianças da quinta e sexta séries do ensino fundamental.

Desta forma, nasce no Brasil o PROERD, com objetivos semelhantes ao que levou a sua criação nos Estados Unidos – combater preventivamente o uso indiscriminado de drogas como medida de controle e combate também da violência -, bem como o seu modelo de aplicabilidade que fica exclusivamente restrito a policiais militares devidamente uniformizados, dividindo-os em três níveis de atuação: Instrutores, Mentores e Master. (CEARÁ, 2010).

## **6. O PROERD na Polícia Militar do Ceará.**

No Estado do Ceará, o PROERD teve sua implantação a partir do Coronel Professor da Reserva Remunerada, Francisco Austregésilo Rodrigues de Lima, que ao participar de uma visita ao Distrito Federal de Brasília – DF, no ano de 2000, foi convidado a assistir a uma aula no renomado Instituto Nacional de Ensino Integrado – INEI, onde sua filha, Professora Rejane Cláudia Austregésilo Façanha, integrante do Departamento Pedagógico. *“Tratava-se de uma aula envolvente, lúdica e encorajadora, conduzida por um policial militar que, com maestria fortalecia os alunos da 5ª série a manterem-se longe das drogas e da violência”*. (Cartilha História do Proerd no Ceará, 2010, p. 1).

Inteirando-se de que se tratava do PROERD, pela grandeza da causa, e analisando a possibilidade da implantação do mencionado Programa na Polícia

Militar do Ceará, o Coronel Austregésilo se dirigiu ao Comando da Polícia Militar daquele Distrito Federal (Brasília) para a obtenção de maiores detalhes do Programa, e tão logo retornou para o Ceará, levou a proposta ao Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará a época, o então Coronel PM Francisco Justino Ribeiro Neto, o qual abraçou a causa adotando as devidas providências para a implantação do PROERD na Corporação castrense. (Idem).

”Foi daí que se comunicaram “com os dirigentes do programa em nível nacional, em especial o Coronel PM do Estado de São Paulo, Geraldini, representante do DARE para o Brasil. Este juntamente com a Dr<sup>a</sup> Malu, representante da Embaixada Norte-Americana, procederam à visita a PMCE, a fim de orientarem quanto ao processo de implementação do PROERD no Ceará”. (Cartilha História do Proerd no Ceará, 2010, p. 2).

Diante a apresentação do Programa Educacional de Resistência às e a Violência, feita pelos dirigentes do DARE no Brasil, no dia 05 de outubro do ano de 2000, foi publicado no Boletim do Comando Geral da Polícia Militar do Ceará – BCG<sup>2</sup>, a constituição de uma comissão para os estudos necessários a implantação do mencionado Programa na PMCE. *“Esta comissão visitou, in loco, as experiências do programa, naquele momento desenvolvido pelas Polícias Militares de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal”*. (CEARÁ, 2010, p. 2).

Como resultado dos estudos realizados pela comissão responsável pelo estudo e implantação do Programa na Polícia Militar do Ceará, é realizado no dia 12 de março de 2001, na então Academia de Polícia Militar General Edgard Facó, o início das aulas para a formação da primeira turma de instrutores do PROERD da PMCE, composta por um total de vinte e sete alunos do Ceará, entre Oficiais e Praças e mais três alunos policiais militares de outros Estados (coirmãs), sob coordenação composta por equipe multidisciplinar dos Estados de São Paulo e Santa Catarina.

Concluído o curso, o PROERD da Polícia Militar do Ceará passa a funcionar a partir de 2001, sob a Coordenação Estadual do Coronel Professor Francisco Austregésilo Rodrigues Lima, e a Coordenação Pedagógica sobre a responsabilidade do então, Primeiro Tenente PM Edson Edálcio Aragão Silva, tendo como área de atuação inicial dos então neo Instrutores, as escolas de Fortaleza: Centro Educacional Lions Clube Jangada; e a Escola Sales Campos, sendo esta a primeira escola a receber aulas do PROERD no Ceará, cujo marco inicial foi no dia 14 de abril de 2001. (CEARÁ, 2010, p. 3).

No setor educacional, além de se implantar o PROERD como uma disciplina escolar aplicado por todo um semestre letivo, a Polícia Militar, por meio do policial PROERD<sup>3</sup> desenvolve também todo um trabalho de cidadania enfocando não só para os direitos da criança e do adolescente previstos na legislação vigente, como também das suas obrigações diante cada direito e ainda promove a aproximação da Instituição policial para com as crianças e conseqüentemente da própria comunidade derrubando mitos e tabus até então existentes de ser o policial um dos tentáculos do Estado que está ali apenas para prender ou reprimir.

A organização do PROERD, implantado no Estado do Ceará por meio da Polícia Militar do Ceará situa-se, imperativamente, nesse contexto de prevenção quanto ao uso indevido de drogas, que não é apenas uma ação localizada, promovida apenas pelo Estado do Ceará, mas a nível nacional, e até mesmo internacional, que, segundo Dell'Antônia, (1999: 35, In Rateke, 2006, p. 41), *“atualmente o DARE é desenvolvido em cinqüenta Estados americanos e em diversos países, tais como Canadá, Austrália, Nova Zelândia, México, Porto Rico e no Brasil”*. Dados mais recentes dão conta de que 65 países aderiram ao DARE. O que leva a crer tratar-se de um Programa de elevada aceitação tanto pelo Poder Público, quanto pela sociedade civil em geral.

Nos anos 90, assinala-se uma tendência das Policiais Militares dos Estados da Federação brasileira a buscarem alternativas educacionais, enquanto políticas públicas como meandro de combate a violência, desta feita, com a implantação do

PROERD em suas Corporações Estaduais, e na Polícia Militar do Ceará, conforme já citamos, essa experiência se iniciou no ano de 2001, promovendo, desta feita, política pública de segurança de forma diferente do convencional.

A promoção do PROERD por parte do Estado via Polícia Militar, trata-se de uma política de prevenção por meio da qual se procura alcançar alguns dos objetivos do Estado, qual seja, o de se garantir a liberdade a seus concidadãos, visto que o envolvimento de jovens com o uso de drogas e conseqüentemente na prática de violência vem fazendo crescer assustadoramente o índice de criminalidade, afetando diretamente o direito a liberdade de seus súditos, contrariando, desta conforma, uma das funções primordiais do Estado contidas no contrato social de Rousseau e outros contratualistas, qual seja, o dever do Estado de garantir a sociedade a sua liberdade.

Neste contexto, o que se tem é uma política pública de prevenção aplicada em escolas que visa propiciar a criança e ao adolescente conhecimentos que lhes permitam evitar o uso indiscriminado de drogas, permitindo assim, uma vida mais saudável e melhor inclusão social presente e futura, e ao mesmo tempo permeando caminhos que permitam ao homem do amanhã uma convivência mutua e pacífica entre seus semelhantes, capaz de torná-lo realizado. E um dos valores que ele instituiu como maneira de socializar-se foi a Educação.

Trata-se o Programa em comento, de algo que foi implantado nas polícias militares do Brasil por iniciativa das próprias corporações militares estaduais para fins de prevenção ao uso indevido de drogas e da prática de violência, destinado a crianças do Ensino Fundamental, hoje com extensão também aos adolescentes que cursam as séries seguintes, inclusive do Ensino Médio, não ignorando o envolvimento dos pais que também recebem orientações em reuniões e palestras, representando um esforço cooperativo entre escola, família e polícia.

Os ensinamentos principais do programa em comento são noções de cidadania, prevenir ou reduzir o uso de drogas e a violência entre crianças e adolescentes. A ênfase deste Programa está em auxiliar os alunos a reconhecerem as pressões diretas ou indiretas que os influenciarão a experimentar álcool, cigarro,



maconha, inalantes, ou outras drogas e a resistirem a elas, bem como àquelas que por seus efeitos nefastos de mudança de comportamento possam envolvê-las em atividades violentas. O Programa oferece estratégias preventivas para reforçar os fatores de proteção, em especial referentes à família, à escola e à comunidade, que favorecem o desenvolvimento a resistência dos jovens que podem está mais expostos ao risco de se envolver com drogas e problemas de comportamento.

Além dos ensinamentos de cidadania, prevenção do uso indevido de drogas e da prática de violência, é ao mesmo tempo a promoção de um trabalho social que visa o desenvolvimento mais equilibrado da humanidade, ou nos dizeres de Robert Castel (1998) *“para controlar o futuro de uma sociedade desenvolvida, dominar suas turbulências e conduzi-la a formas de equilíbrio organizadas de forma cada vez melhor”*. É o estado social que intervém como ator central para a condução dessas estratégias.

E a escola, é certamente o campo mais propício para a aplicação desse trabalho preventivo, posto que a educação é, sem dúvidas, o meio mais acertado a propagação dos ensinamentos em geral e da prevenção, que com certeza, é o melhor tratamento, ou seja, um dos mais adequados métodos para se evitar tratamentos futuros, cujos dispêndios acabam se tornando bem mais elevados e muitas vezes com danos irreparáveis.

A implantação do conteúdo do PROERD a ser ministrado pode ser incorporado de forma interdisciplinar no currículo escolar dentro das disciplinas relativas à saúde, ciências, estudos sociais, literatura e outras, cuja previsão legal é encontrada por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, via LDB, que veio a democratizar o ensino e a escola dinamizando o ensino e abrindo espaço a inputs da comunidade permitindo a abordagem e aplicação de conteúdos extracurriculares.

E sendo a educação um processo contínuo do aprendizado capaz de promover ação direta entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, correspondente à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem vivem na Terra e habitam o mundo (Arendt, 2004), e fazer um trabalho preventivo junto às escolas visando o combate ao uso indevido de drogas e da



prática de violência, é certamente, propiciar meios ao convívio social mútuo e pacífico.

E obtendo excelente receptividade por parte de todos os envolvidos no processo: escola, professores; pais; e alunos, rapidamente o programa foi estendido para outras escolas da capital cearense, e logo no primeiro ano de implantação deste, Fortaleza contou com a marca de 1.852 alunos diplomados. (CEARÁ, 2010).

A procura das escolas por Instrutores PROERD para ministrarem aulas tornava-se algo positivamente contagioso, pois via-se ali um caminho, uma possível solução para a prevenção ao uso de drogas e ao envolvimento dessas crianças no mundo da violência. Via-se um policial diferente, não mais aquele que conduzia em sua cintura uma arma e mantinha uma “cara” de inimigo, mas sim, a imagem de um policial amigo, um policial que veio para ajudar, um policial próximo a comunidade. E assim, o Ceará entra para a História como sendo o quinto Estado da Federação a adotar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência como um novo modelo de política pública de segurança, uma polícia comunitária preventiva e envolta a comunidade, participando da formação, educação e cidadania das crianças, da família, da sociedade, do próprio Estado.

E no período de dez anos do PROERD na Polícia Militar do Ceará, este conta com um marco de 249 instrutores, com suas atividades desenvolvidas em 94 municípios cearenses, abrangendo 1.600 escolas, entre públicas e particulares, formando 130.000 alunos da faixa etária entre 9 e 12 anos de idade, totalizando em média 400.000 mil pessoas entre pais, alunos, professores e familiares. (CEARÁ, 2010, p. 7).

O PROERD ampara-se no tripé: Escola, Polícia e Família, consistindo no envolvimento e participação destas três instituições “*na formação de uma rede social de amparo as crianças, por considerá-las como potenciais usuários de drogas, alvo de pretensões mercadológicas por meio dos empresários do tráfico, razão pela qual precisam ser preservadas e protegidas*”. (CEARÁ, 2010, p. 7).

Para o PROERD a família é vista como peça fundamental para o desenvolvimento eficaz de modelo preventivo, e desta forma, além de envolvê-la

no Programa por meio de reuniões mensais, ocasiões em que são abordadas questões relacionadas às temáticas “drogas” e “violência”. Propicia “*também um curso cujo público alvo são os pais, onde são discutidos e apontados comportamentos sadios na relação, pais, filhos, drogas e violência*”. (Idem).

E neste contexto, faz com que o PROERD alcance reconhecimento como sendo de relevante interesse para a Segurança Pública no Estado do Ceará, por meio da Lei nº 14.422, publicada no Diário Oficial nº 149, de 29 de julho de 2009, elevando assim a maior categoria normativa e demonstrando por meio do Legislativo a importância e dedicação por parte do Estado a ser dispensado quanto à questão da prevenção as drogas e da violência, promovido pela Polícia Militar do Ceará.

## **7. Considerações finais**

O envolvimento de crianças e adolescentes com o uso indiscriminado de drogas, bem como da prática de violência tem sido algo de muita preocupação ao Poder Público, bem como da própria sociedade que se sente cada vez mais refém de todos esses acontecimentos, e desenvolver um trabalho de prevenção capaz de sanar tudo isso é realmente um desafio e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, enquanto política pública tem exatamente essa missão e não se trata de um problema local, mas envolve não apenas o Estado do Ceará, mas também todo o Brasil, mas também outros países que vivem nessa mesma batalha para controlar o consumo de drogas e da prática de violência, tanto é que o PROERD tem origem internacional.

E é justamente nesse contexto que por meio do Consulado Americano no Rio de Janeiro, uma equipe da assessoria técnica da Polícia Militar do mencionado Estado, participou de uma palestra proferida por agentes do Departamento de Polícia de Los Angeles, tornando-se possível, a partir de então, conhecerem de perto o Programa DARE, e naturalmente os meios necessários a implantação do PROERD no Estado fluminense.

Certamente que o PROERD, ao longo de sua existência tem demonstrado sua eficiência no que se propõe, o que é facilmente demonstrado pelo interesse que os demais países em tido em implantá-lo em suas escolas, o que não tem sido diferente nos demais Estados do Brasil e em especial no Ceará, que a cada dia cresce o número de escolas em busca de educadores sociais do Programa para a instalação, manutenção ou extensão do mesmo em suas salas de aulas, uma vez que tem se observado claramente a melhoria de comportamento dos alunos estudantes do PROERD, em relação a outros alunos que não tenham frequentado essas aulas, fatos estes que são relatados por professores, diretores de escolas e dos próprios alunos proerdianos, como são chamados.

Ao mesmo tempo, o aluno passa a participar do Programa sem que para isso tenha alteração nas suas atividades diárias, ou seja, permanece em sua sala de aula, posto que o PROERD é incluído como conteúdo de uma disciplina escolar, o que plenamente admissível pela legislação vigente, consoante Planos Nacionais Curriculares – PCNs, e suas aulas são muito bem recepcionadas por se tratar de didática bastante envolvente, lúdica e encorajadora, que em a frente um policial militar, que antes era visto apenas como um agente público operador da segurança pública que tinha como finalidade precípua prender as pessoas, no entanto, passa a vê-lo como uma pessoa amiga, envolvente e que por trás daquela farda tem um carinho muito especial de lidar com crianças e adolescentes, bem como um jeito especial de ministrar suas aulas.

E no decorrer desses dez anos de funcionamento do PROERD, já foram formados 249 instrutores, com suas atividades desenvolvidas em 94 municípios cearenses, abrangendo 1.600 escolas, entre públicas e particulares, formando 130.000 alunos da faixa etária entre 9 e 12 anos de idade, totalizando em média 400.000 mil pessoas entre pais, alunos, professores e familiares. E que pela busca incessante de gestores escolares e professores pelo Programa em sua escola, nos faz saber que o mesmo não pode parar.

## Referências

AQUINO, Julio Groppa (org). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

ARENDT, Hannah. A condição Humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer – 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB – Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394/96 – Brasília, 1996.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Robert Castel; tradução de Iraci D. Poleti – Petrópolis; RJ: Vozes, 1998.

CEARÁ, Cartilha Histórica do Proerd no Ceará, 2010.

\_\_\_\_\_. Boletim do Comando Geral – BCG nº 029, de 09 de fevereiro de 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 28.232, de 04 de maio de 2006.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual nº 14.422, de 29 de julho de 2009.

\_\_\_\_\_. Manual do 5º Ano do PROERD, 2005, p. 7.

DELL'ANTÔNIA, Valberto. **A Implantação do Programa Educacional de Resistência Às Drogas e À Violência pela PMSC (PROERD)**. Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. (Monografia de Especialização).

DIÁRIO DO NORDESTE, 1º de fevereiro de 2010, polícia, p. 18.

ÉPOCA, Revista, de 14 de junho de 2010, p. 75, 78.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Sílvia Tavares. **Projetos: Como fazer e gerenciar usando a informática**. Florianópolis: VisualBooks, 2004.

RATEKE, Deise. A escola pública e o PROERD: **tramas do agir policial na prevenção às drogas e as violências**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós graduação em Educação, 2006 (Dissertação de Mestrado).

SUELI, S. Scivoletto. **Uso de drogas entre estudantes de uma escola pública de São Paulo**. Artigo original. *Rev. Psiq. Clín.* 28 (4): 176-182, 2001

TV Verdes Mares, CETV 2ª Edição 19/06/2010.